

Discurso do Reitor

1 de Março de 2005

Senhores Vice-Reitores

Senhores Pró-Reitores

Caros Membros do Júri do Prémio Universidade de Coimbra 2005 e do Prémio Bluepharma/UC

Ilustres Premiados e Homenageados

Excelentíssimas Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas

Senhores Professores

Senhores Funcionários

Caros Estudantes

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Quando o peso dos anos se lhes torna insuportável, é habitual aos aniversariantes o recurso a todo o tipo de estratégias que lhes permitam contornar a inevitável questão de saber quantos são? Não é de todo o que se passa com esta velha senhora, sempre jovem, orgulhosa de mostrar a sua certidão de nascimento sob a forma de documento régio dionisino e por ela ostentar a provecta idade de 715 anos, hoje mesmo completados. O elixir da sua eterna juventude somos nós, sucessivas gerações de docentes, estudantes e funcionários que ao renovar-se a renovam. Velha que seja, é tão jovem quanto nós conseguirmos sê-lo. Em família poderemos dizer que se faz jovem à nossa custa e nós, ao torná-la jovem, fazemo-nos velhos por ela. Dirijo-me neste momento a todos quantos, docentes e funcionários, vão hoje receber uma justíssima homenagem por ocasião da sua aposentação ou jubilação. Queiram juntar, à gratificante sensação do dever cumprido, máxima recompensa de um dia, ou de uma vida, de trabalho honesto, uma palavra de agradecimento da Universidade de Coimbra e do seu Reitor.

Imediatamente após estas minhas palavras, procederemos à entrega formal do Prémio Universidade de Coimbra/2005, integralmente patrocinado pelo Banco Santander

Totta, destinado a galardoar pessoas de nacionalidade portuguesa que se tenham destacado por uma intervenção particularmente relevante e inovadora nas áreas da cultura ou da ciência. Nesta segunda edição, o Júri do Prémio a que tive a honra de presidir, entendeu distinguir ex-aequo António Hespanha e Luís Miguel Cintra.

Durante 37 anos de actividade universitária contínua - com as breves interrupções dos momentos em que foi Director-Geral do Ensino Superior e Presidente da Comissão dos Descobrimentos - António Manuel Hespanha dirigiu mais de vinte teses de doutoramento e de mestrado, participou em mais de 70 júris de provas académicas, coordenou inúmeros projectos de investigação, organizou redes académicas internacionais, leccionou em instituições como a Universidade de Coimbra, onde se licenciou em Direito e iniciou a sua carreira; a Universidade de Lisboa; o Max-Planck-Institut, em Frankfurt; a Universidade de Ciências Sórias, em Toulouse; a Universidade da Califórnia, em Berkeley; a École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris; a Universidade Pablo de Olavide, em Sevilha; a Faculdade de Ciências Políticas, em Messina; a Universidade Autónoma de Madrid; a Universidade de Yale; a Universidade de Macau; a Universidade Nova de Lisboa, de cuja Faculdade de Direito é actualmente Professor Catedrático.

A sua notoriedade interna e externa deve-se ao notável conjunto de obras publicadas e traduzidas de que é justo citar, entre muitas outras, a sua dissertação de doutoramento, internacionalmente considerada como uma obra de referência para o estudo do sistema político do Antigo Regime, o seu "Panorama histórico da cultura jurídica europeia"; o volume IV, sobre o Antigo Regime, da História de Portugal dirigida por José Mattoso; o volume II da História Militar de Portugal dirigida pelo General Themudo Barata e pelo Doutor Nuno Severiano Teixeira.

O enorme prestígio de que goza António Hespanha como historiador do sistema político do Antigo Regime e como historiador do Direito tem naturalmente reforçado a sua circulação internacional como conferencista e como Professor. É, actualmente, o mais citado dos historiadores portugueses activos nos índices internacionais de referência.

Luís Miguel Cintra é uma personalidade com um talento fértil e multifacetado de actor de teatro e cinema e de encenador de teatro e ópera, que soube pôr esse talento inovador ao serviço da comunidade, com inexcedível constância e coerência. Actor há 37 anos, encenador há 35, mas também por vezes, com a mesma excelência, figurinista, cenógrafo e desenhador de luzes, nunca transigiu na mais exigente procura da qualidade e tornou-se, também pelas suas posições cívicas, uma referência decisiva para várias gerações de criadores. A companhia que dirige desde 1973, o Teatro da Cornucópia, renovou drasticamente o teatro feito em Portugal. Para todos os seus 94 espectáculos, Luís Miguel Cintra fez dramaturgias sólidas e estimulantes e elaborou extensos programas escrevendo textos que testemunham a profundidade do labor intelectual neles envolvido.

Alguns dos seus espectáculos de teatro foram apresentados e aclamados no estrangeiro: na Bienal de Veneza, no Festival de Avignon, No Festival de Outono em Paris, na Europália em Bruxelas, na "École des Maîtres", em Itália. Na ópera, foi encenador de obras de Purcell, Haydn, Mozart, Cherubini, Ravel, Walton, Martinu e Henze. No cinema, foi actor principal em 50 filmes de realizadores como Manoel de Oliveira, João César Monteiro, Paulo Rocha, João Botelho, Jorge Silva Melo, Christine Laurent, John Malkovitch e Pedro Costa, muitos deles seleccionados e premiados em grandes festivais europeus.

Em 1995 foi homenageado no Théâtre de l'Odéon, em Paris. Em 1998 foi nomeado membro, a título individual da União dos Teatros da Europa. Nesse mesmo ano recebeu o grau de Grande Oficial da Ordem de Sant'Iago de Espada e em 2004, o grau de Grande Oficial das Artes e Letras do Estado Francês.

Ao receberem este prémio juntando-se ao galardoador da edição de 2004, o eminente neurocientista Fernando Lopes da Silva, António Hespanha e Luís Miguel Cintra dão-nos o exemplo que queremos seguir e emprestam um pouco do seu prestígio à Universidade de Coimbra. Bem hajam por isso.

No alinhamento da cerimónia de hoje, teremos de seguida a entrega ao Doutor Rui Manuel de Medeiros Melo Silva do Prémio Bluepharma/Universidade de Coimbra que distingue uma Tese de doutoramento defendida numa Universidade portuguesa

em domínios de ciências da saúde e cujo júri foi presidido pelo Prof. Doutor Manuel Antunes.

Após a já anunciada homenagem aos docentes e funcionários recentemente aposentados ou jubilados, faremos igualmente a entrega dos diplomas de doutoramento concluídos em 2004 na nossa Universidade, num momento que representa o alto significado que atribuímos à formação pós-graduada e que releva a crescente importância relativa que ela tem entre nós. Seguir-se-á a entrega das 40 Bolsas de Mérito do Governo aos nossos melhores alunos de licenciatura durante o ano lectivo transacto. São estudantes exemplares que merecem o nosso aplauso. Por eles damos o nosso melhor e neles depositamos a nossa esperança.

Finalmente, assistiremos à apresentação do segundo número da nova série da "Via Latina", título académico dos mais prestigiados, em mais uma interessante iniciativa da Secção de Jornalismo da AAC.

Esta cerimónia insere-se na VII Semana Cultural da Universidade de Coimbra desta vez centrada sobre o tema "Abraço Lusófono" e em boa medida construída à volta da obra do eminente antropólogo social angolano Ruy Duarte de Carvalho, cuja presença eu aqui saúdo. Chamo, desde já, a vossa atenção, para o conjunto de mais de 50 iniciativas culturais que teremos, a partir de ontem e durante seis dias à nossa disposição e convido-vos, em particular, a assistir à estreia da peça "Vou lá visitar pastores" com texto original de Ruy Duarte de Carvalho, encenação de Manuel Wiborg e co-produção de Actores Produtores Associados e Culturgest, em espectáculo que a Universidade oferece à cidade por ocasião do seu aniversário. Hoje à noite no TAGV. Quero relevar a abertura ao exterior da Semana Cultural, que a VII edição nos proporciona pela primeira vez com esta intensidade, através da participação da Cena Lusófona, da Escola da Noite, do Marionete, do Camaleão, do Centro de Artes Visuais, da Casa Lusófona e de Associações de Estudantes de Países da CPLP. Quero agradecer a colaboração empenhada das Faculdades, Institutos, Departamentos, Laboratórios, Bibliotecas, Museus e Serviços, bem como da Casa de Pessoal da Universidade e de várias secções e organismos da AAC. É igualmente justo referir os patrocínios e apoios da Caixa Geral de Depósitos, da Fundação Calouste Gulbenkian, Programa Lusitânia (Instituto Camões, FCT e GRICES), da Odebrecht, da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, do Jornal de Notícias,

da Câmara Municipal de Coimbra, do Diário de Coimbra e do Hotel Astória, sem os quais não teria sido possível a sua realização.

Reunimo-nos, portanto, para celebrar em festa, a juventude, a renovação e a mudança, que caracteriza a Universidade de Coimbra no dia em que celebra o seu 715.º aniversário, num momento de alternância política que decorre do resultado das recentes eleições legislativas e que é ele próprio fundamento de uma sempre renovada esperança, início de uma nova etapa da nossa caminhada colectiva.

A Universidade de Coimbra não tem perdido oportunidades para divulgar as suas posições críticas sobre as orientações governamentais em matéria de Ensino Superior. Publicou extensos comentários sobre as propostas de Lei de Bases da Educação e de Lei de Autonomia, propôs alternativas para os pontos mais polémicos da actual Lei do Financiamento, tomou posição sobre a anunciada criação de novas universidades, alertou para os riscos de uma concorrência sem regulação entre as instituições existentes, chamou a atenção para a absoluta necessidade de racionalizar o sistema e de introduzir diversidade entre a missão das universidades e dos politécnicos, apelou à clarificação do conceito de autonomia universitária. No entanto, por muitas divergências que tenha sobre os caminhos que vêm sendo seguidos, e por mais profundas que considere as reformas necessárias, não aconselharia o novo Governo a repetir o erro do anterior, publicitando um pacote legislativo completo. A sagesa de uma sociedade também está na capacidade de aplicar judiciosamente a lei, em vez de a tentar substituir sempre que muda um Governo ou uma maioria. Em condições idênticas e pelas mesmas razões, também os Reitores espanhóis pediram há cerca de um ano ao Governo então empossado que introduzisse apenas alterações pontuais no enquadramento jurídico do ensino superior: pior do que uma má lei, são várias más leis que se sucedem ao ritmo das legislaturas, por vezes incompletas. O significado destas minhas palavras será mais bem compreendido se eu disser, que estando na Reitoria desde 1998, o próximo ministro da tutela será o sétimo com quem terei o prazer de trabalhar.

A atitude tem que ser diferente. O tempo não autoriza novos desaires. Para se ser eficaz tem que se ser pragmático. Pequenas alterações cirúrgicas da lei serão, nesta fase, suficientes, e muito mais fáceis de concretizar. Definir objectivos e ir resolvendo questões concretas, umas atrás das outras, de acordo com o rumo

traçado, até que um conjunto consistente de problemas resolvidos de uma forma coerente tenha o significado e a dimensão de uma grande reforma, eis, em termos gerais, a abordagem que eu penso poder conduzir-nos aos resultados pretendidos.

Quanto ao conteúdo das reformas necessárias, entendo que o novo Governo não deverá deixar de procurar atingir, entre muitos outros, os seguintes dez objectivos:

1.º - Caminhar com determinação para a racionalização do sistema, através da criação de incentivos de financiamento que promovam a aproximação ou mesmo a fusão das instituições de ensino superior públicas existentes;

2.º - Encontrar um entendimento inteligível e diferenciado sobre a missão e objectivos do ensino universitário e do ensino politécnico - o primeiro baseado na produção de conhecimentos e o segundo na prática profissional especializada. As definições actuais, constantes do artigo 11º da Lei de Bases do Sistema Educativo - dois arranjos distintos das mesmas palavras - não dignificam o Governo que as propôs, nem a Assembleia que as aprovou, nem o País, que é o nosso, onde tudo isto se passa;

3.º - Redefinir os princípios metodológicos do trabalho a realizar no âmbito do processo de Bolonha. Os relatórios elaborados pelos 23 especialistas nomeados pela Ministra Maria da Graça Carvalho podem constituir um ponto de partida para uma discussão que deverá esclarecer, antes do número de anos do curso, os conteúdos programáticos essenciais, os métodos de ensino e as práticas de aprendizagem a adoptar. É igualmente indispensável e urgente que o Governo esclareça as suas intenções em matéria de financiamento. Enquanto o não fizer, a discussão será permanentemente inquinada por pressupostos de natureza económica, alheios à dimensão estritamente pedagógica e científica que a deveria conduzir e fundamentar.

4.º - Reduzir significativamente as cerca de 1800 designações dos cursos de licenciatura actualmente oferecidos. Este número exageradíssimo aumenta a confusão no sector, dificulta a escolha e revela uma orientação exactamente contrária ao princípio da formação de banda larga para o primeiro diploma, que o bom-senso aconselha e Bolonha preconiza;

5.º - Encontrar uma definição esclarecedora do conceito de autonomia universitária, compatível com o significado do preceito constitucional que a enquadra e adequada à prossecução da missão da Universidade. A Universidade reclama a adopção do conceito de administração autónoma do Estado ou, pelo menos, dos preceitos de autonomia reforçada, considerados no Decreto-Lei 292/97 do saudoso Ministro das Finanças e professor universitário António Sousa Franco;

6.º - Rever o processo de financiamento das instituições, adaptando-o à actual situação de depressão demográfica, que inclua o compromisso firme do Estado de adoptar uma fórmula estabilizada e credível, como ela já foi com a anterior Lei, e de a cumprir com seriedade, o que nunca aconteceu;

7.º - Diminuir a comparticipação das famílias no financiamento do ensino superior e substituí-la por transferências efectivas do Orçamento de Estado, como forma de incentivar o acesso de um maior número de jovens a este grau de ensino, no quadro de uma política inclusiva de formação generalizada da população, essencial ao bem-estar dos cidadãos e da economia do País;

8.º - Aceitar o princípio de que compete aos órgãos centrais do Estado (Governo ou Assembleia da República) a definição do montante das propinas e revogar a obrigatoriedade da sua fixação anual;

9.º - Adoptar um sistema de apoio social que garanta efectivamente, e não apenas no plano do discurso, que nenhum estudante ficará de fora por razões económicas. É indispensável proceder à revisão dos escalões para atribuição das bolsas de estudo aos estudantes carenciados, de forma a transferir para os primeiros escalões os estudantes que agora se concentram no último. Actualmente, um estudante só acede ao 1º escalão das bolsas se pertencer a um agregado familiar com rendimento de 2.7 euros por pessoa e por dia (por exemplo, uma família com cinco pessoas e um rendimento equivalente a um único salário mínimo). É igualmente indispensável incorporar o factor "estudante deslocado" no cálculo da capitação para efeito da atribuição de bolsa.

10.º - Inscrever no Orçamento rectificativo para 2005 uma dotação adicional para suporte de uma política de inovação assente na aproximação entre as Universidades e as empresas, na formação cruzada e requalificação de quadros, no incentivo à investigação e ao desenvolvimento de novos produtos, na captação de estudantes, no apoio ao registo de patentes e à defesa da propriedade intelectual, no estímulo ao empreendedorismo.

É-nos, entretanto, grato verificar – e assim dar público relevo às coisas boas com a mesma objectividade com que por vezes criticamos as más - o significativo investimento que o Estado tem feito, nos últimos anos, na Universidade de Coimbra, que permitiu atingir um ritmo de construção de novas instalações de Faculdades e Serviços como em nenhuma outra ocasião da nossa longa história. Se esse esforço de investimento se mantiver o tempo necessário, como prometido (e não reclamamos senão o equivalente à importância relativa da Universidade de Coimbra no contexto das instituições públicas de ensino superior) o atraso relativo em que ainda nos encontramos poderá ser recuperado até ao final da década.

Mas na recta final do terceiro quadro comunitário, que a Universidade de Coimbra está a saber aproveitar como nenhum dos anteriores, o momento é sobretudo o de olhar para a frente. Se interpretamos bem as indicações que nos chegam de Bruxelas, a intenção é a de privilegiar no futuro o software, relativamente ao hardware, os recursos humanos relativamente aos recursos físicos, o Fundo Social Europeu relativamente ao FEDER. Esta situação, aliada à ideia-chave do programa do futuro Governo de basear sobre a tecnologia e a inovação o êxito de uma nova política de desenvolvimento, e à promessa de duplicar em quatro anos o investimento em ciência, tecnologia e inovação, dá-nos a ideia do imenso desafio colocado às Universidades que se queiram assumir como pilares dessa nova política.

Quanto à Universidade de Coimbra, com as suas unidades de investigação e de prestação de serviços especializados, com a orientação definida e em permanente concretização de aproximação ao mundo das empresas, de incentivo ao empreendedorismo e às transferências de saberes, há muito mostrou que sabe ser inovadora nesta matéria e que está preparada para corresponder. Espera-se que o Estado saiba dar valor às unidades competentes de que dispõe, e não volte a basear o enorme esforço de formação que tem pela frente, como fez no passado, em chafaricas sem estruturas nem qualidade, que se criam e desfazem em função da dança dos subsídios, à mercê dos conhecimentos pessoais ou das proximidades políticas. É preciso que a nova vaga de formação seja encarada com muita seriedade. Dela se pretende muito mais do que assistência social aos desempregados. Economistas de todos os quadrantes alertam-nos para que o País não terá mais de dez

anos para fazer as reformas necessárias. Se aceitarmos que as reformas na educação demoram pelo menos vinte anos a produzir efeito, isto significa que já estamos dez anos atrasados. Não há tempo a perder.

No momento de viragem política que vivemos, penso ser oportuno reafirmar que só uma administração pública forte, competente e honesta garante as condições para a prosperidade e o desenvolvimento económico assente sobre a concorrência e os valores do mercado. É necessário que a reforma da administração pública se faça sem a deixar demasiado vulnerável. Um Estado fraco e uma administração pública mal municiada são ingredientes típicos de um atalho que conduz à delapidação dos recursos públicos, à instalação de uma cultura própria de um País das Bananas e a um regresso rápido ao terceiro mundo. Infelizmente, não nos faltam exemplos recentes nesta matéria.

Igualmente reafirmo a minha confiança na escola pública, inclusiva, pilar de um estado democrático, casa de cultura e formação de cidadãos livres, indiferente à cor da pele, ao credo religioso, às inclinações ideológicas ou políticas, às possibilidades económicas, e que a todos proporciona os conhecimentos adequados ao desabrochar das respectivas personalidades, unicamente em função das capacidades intelectuais e dos interesses e características de cada um, necessários à sua realização pessoal e profissional, como indivíduo e como membro da sociedade organizada de que faz parte.

Afirmo, pois, que a Escola Pública é melhor. Mas esta afirmação não pode ser entendida como um axioma de uma qualquer teologia. Não se trata de matéria de Fé, mas apenas, e não é pouco, de afirmar uma convicção. Por outras palavras, para mim, a Escola Pública não é melhor por definição. Também não me satisfaz o slogan do Sindicato a que pertenço, "A Escola Pública é melhor porque é de todos nós". Tantas coisas são de todos nós e não são melhores por isso.

A verdade é que a Escola Pública, como os hospitais e centros de saúde públicos, como os transportes públicos, como de uma forma geral os serviços públicos, não têm que ser melhores e em alguns casos, efectivamente, não o são. A ideia de privatizar encontra, aliás, nesta realidade (tantas vezes forjada) a sua justificação. Dizer então que a Escola Pública é melhor significa apenas que entendemos que ela pode ser melhor, que tem condições para ser melhor. Mas só o será efectivamente se quem acredita nela assim a fizer. Declará-la melhor é apenas o início do percurso, e não o fim, e a assumpção de uma tremenda responsabilidade para todos quantos

a integramos: a de gerir criteriosamente os recursos públicos, a de garantir a qualidade do que produzimos, a de não sobrepôr, por esta ordem, os interesses individuais aos do corpo, aos da instituição, aos da comunidade. Decorre daqui o maior conflito ético que os eleitos universitários frequentemente enfrentam, e para o qual os estudantes estão, compreensivelmente, menos preparados: é preciso que todos os eleitos, mesmo aqueles que o são pelo corpo a que pertencem, assumam o compromisso de defender os interesses da instituição no seu conjunto e de tentar interpretar os interesses dos dez milhões de cidadãos que a financiam e pelos quais se justifica.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Procurando passar em revista, em conjunto com a Senhora e os Senhores Vice-Reitores, os Senhores Pró-Reitores, a Senhora e os Senhores Administradores, os principais processos que marcaram o último ano da nossa actividade ou que se encontram actualmente no centro das nossas preocupações, deparei-me com uma lista com cerca de centena e meia de entradas. Após uma selecção criteriosa das iniciativas mais importantes, compreendi que não haveria forma de as referir com um mínimo de inteligibilidade sem ser demasiado maçador.

Do Fundo de Investimento à Assembleia Geral do Coimbra Group, da candidatura ao Rótulo de Qualidade ECTS até à biblioteca científica b-on, da certificação pedagógica de cursos até ao Fundo de Apoio Social ao Estudante ou à criação de bolsas de mérito, da aplicação SAP/Recursos Financeiros e Recursos Humanos e sua extensão às Faculdades, da criação do Gabinete de Comunicação e Identidade até à Menção Honrosa do Prémio do IPQ para o Sistema de Gestão da Qualidade, do Plano de Desenvolvimento do Estádio Universitário até à atribuição anual de 10 Bolsas de Doutoramento, da criação dos Gabinetes de Auditoria e de Qualidade até ao lançamento de Programas de Apoio à Investigação, da criação de um Centro de Emprego para recém-licenciados até à Candidatura da Universidade de Coimbra a Património da Humanidade, do Arquivo Automático, do estudo para a racionalização das Bibliotecas, do Projecto LINK, da candidatura ao PQTUR, ou do apoio ao desenvolvimento do Sistema de Gestão da Qualidade da Faculdade de Farmácia, da criação da Fundação "Museu da Ciência" até à construção do Centro Cultural Casa de Pedra, da "Rua Larga" até à preparação de Planos de Emergência para os edifícios

universitários, do Centro de Educação Ambiental da Mata do Jardim Botânico, do Plano de Reciclagem de papel e outros consumíveis, da criação e gestão do portfólio de patentes, do Prémio Universidade de Coimbra / API até ao concurso anual de ideias de negócios, dos Colóquios de Outono, da Agenda Cultural, do primeiro curso de empreendedorismo de base tecnológica realizado numa Universidade portuguesa, até aos novos edifícios do Pólo das Ciências da Saúde, da Casa das Caldeiras até ao Fundo de capital semente para a criação de novas empresas por alunos ou ex-alunos, das licenças sabáticas e estágios de doutoramento em realidade empresarial até ao Prémio “Coimbra, Inovação e Excelência ou aos projectos técnicos da Faculdade de Psicologia e da Faculdade de Ciências do Desporto.

De todas as iniciativas que foram apenas enunciadas e de todas as restantes que já não cabem, neste momento, no limite da vossa paciência, retirar-se-á com facilidade o fio condutor da nossa acção, pelo qual os passos se vão tornando caminho, os degraus se vão fazendo escada, e um conjunto de acções se transforma num corpo coerente e homogéneo. A linha que seguimos, a orientação que demos ao nosso trabalho resume-se em poucas palavras: pegar na velha Universidade e preparar, sem rupturas nem descontinuidades, as bases de uma nova Universidade. Uma e outra, uma da outra, uma na outra, são a nossa Universidade de Coimbra.

Como um veleiro, que precisa de lastro estabilizador e de velas que o propulsionem, assim a Universidade de Coimbra encontrará na velha universidade o seu lastro e na nova as suas velas.

Como outros o fizeram antes – e quero aqui destacar a presença amiga e reconfortante do Reitor Fernando Rebelo e transmitir-vos a saudação do Reitor Rui de Alarcão que não pôde estar presente por imponderáveis de última hora – como outros o fizeram antes, dizia, é preciso desatar os nós que cada época aperta, é preciso tomar as decisões que cada momento exige. Quebrar os atavismos e tradicionais constrangimentos de uma Universidade clássica; mostrar como as suas características próprias, aquilo que a faz diferente das outras, única no plano nacional e prestigiada como poucas a nível internacional - factores que até aqui quase sempre têm servido para a ligar ao passado - podem ser utilizados como critério de futuro e de desenvolvimento; provar que, organizada em torno dos seus centros de produção de conhecimento e de inovação, procurando na sociedade e nas empresas os parceiros privilegiados de que necessita para desenvolver os seus projectos e dispondo-se,

sem preconceitos, a aprender com eles tanto quanto se propõe ensinar-lhes, ela se pode constituir como grande instituição de progresso e de modernidade; eis, em síntese, o desafio que o nosso tempo nos preparou. O charme do antigo a produzir contemporaneidade.

E o caminho não pode ser outro. O tempo em que, únicos, nos bastava reclamar apoios, já lá vai. Estalar os dedos já não basta para que o poder político acorra, solícito, em nossa ajuda e não raro temos caído na tentação, de todo ineficaz, de invocar razões do passado à falta de projectos de futuro. Há muito que o conhecimento deixou de estar exclusivamente em Coimbra. E com ele generalizou-se a capacidade de intervenção e o poder de convencimento e de decisão. Necessariamente, Coimbra já não determina como no passado. E mal seria se assim não fosse. Em vez de lamentar esta perda de influência, não temos senão que estar imensamente orgulhosos de ter contribuído, directa ou indirectamente, para a criação e desenvolvimento de todas as outras universidades portuguesas, para a democratização do saber, e portanto, para a difusão dos centros de poder.

Na Universidade de Coimbra e na própria cidade, a viragem do século trouxe-nos os primeiros resultados de uma nova estratégia e com eles começámos finalmente a compreender, e já não era sem tempo, trinta anos após a revolução que abriu os espíritos e tornou mais leal e mais justa a concorrência entre pessoas e instituições, que temos tudo o que precisamos para ganhar o jogo: bastará tão-só que o joguemos. É o que estamos a fazer.

Senhoras e Senhores,

Ao pedir-vos ajuda para soprarmos, em conjunto, as 715 velas deste bolo, quero agradecer-vos a colaboração que deram à Universidade no ano que se completa e dizer-vos que a qualidade do nosso futuro depende em boa medida de todos nós. Dedicção, honestidade, bom-senso e sobretudo trabalho. Sempre e muito trabalho. Só vos sei prometer trabalho. Mas é essa a chave do sucesso.

Parabéns aos docentes, estudantes e funcionários que fazem todos os dias a Universidade de Coimbra.

Parabéns à Universidade de Coimbra.

Coimbra, Paço das Escolas, 1 de Março de 2005.

Fernando Seabra Santos,

O Reitor.